

As finanças macabras

ESQUELETOS E JOGO DE PODER FIZERAM CRESCER A DÍVIDA PÚBLICA, APESAR DAS PRIVATIZAÇÕES

ROLF KUNTZ

Uma porção de esqueletos velhos assombra o Tesouro Nacional – e pelotões de fantasmas fresquinhos, também. Por causa disso, o endividamento público tem crescido, apesar das privatizações. Entre 1996 e o fim do ano passado, o governo federal assumiu cerca de R\$ 100 bilhões de dívidas adicionais. Isso é rotulado, oficialmente, como “ajuste patrimonial”. Parte corresponde ao conteúdo macabro dos armários financeiros. O resto resultou de operações de socorro efetuadas nos últimos anos. Alguns números são mero reconhecimento de compromissos herdados. Outros débitos, porém, foram assumidos por pressão política. A emissão de títulos para refinar as dívidas de fazendeiros é um exemplo notório.

Reconhecer dívidas velhas é uma forma de reafirmar a identidade nacional. Há outras mais agradáveis, mas essa é inevitável, quando se pretende exibir alguma seriedade. O Estado, apesar das muitas estripulias políticas, tem sido o mesmo desde 1822. Alguns governantes têm dificuldade em relação a esse ponto. Assumem dívidas durante o mandato, alegre e irresponsavelmente, como se o problema se esgotasse com a mudança de governo.

Seus sucessores às vezes preferem desconhecer o problema, como se a dívidas tivessem caducado com o fim do mandato anterior. O problema dos precatórios é, em grande parte, consequência de comportamentos como esses. Para

a maior parte dos políticos brasileiros, só o mandato é real. O Estado é ficção. Os credores do Tesouro, nacionais e estrangeiros, tendem a afirmar o contrário. Seu senso de história é mais forte que o dos políticos.

Por tudo isso, apesar do dinheiro obtido com a desestatização, o Estado brasileiro empina hoje mais papagaios, proporcionalmente, do que no início da década. A privatização rendeu R\$ 85,24 bilhões à União e a Estados, entre 1991 e 1998. Parte desse valor foi usado para abater a dívida oficial. Diminuir o endividamento público tem sido, há uns dez anos, um dos principais argumentos a favor

da venda de ativos estatais. Mas algo deu errado. O aumento de juros e a rigidez orçamentária são causas bem conhecidas. O “ajuste patrimonial” tem sido menos lembrado pelos analistas das contas públicas.

Assim, entre 1996 e 1998, a dívida líquida total do setor público aumentou o equivalente a 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB), apesar das privatizações, segundo trabalho do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Nesse período, de acordo com o estudo, as privatizações proporcionaram receita igual a 3,4% do PIB, enquanto os esqueletos acrescentaram à dívida um montante correspondente a 4,3% do PIB. Em abril deste ano, segundo o trabalho, o ajuste patrimonial acumulado chegou a 6,9% do PIB, ficando a diferença contra o Tesouro público em 3,4%.

Os autores do estudo empregam a palavra “esqueleto” com certa liberdade, para indi-

car tanto as dívidas antigas, herdadas de outras administrações, quanto os compromissos assumidos nos últimos anos, por ocasião de refinanciamentos concedidos ao setor privado e a devedores públicos. A conta, além disso, é subestimada – e também isso é apontado pelos autores. Formalmente, a assunção e o refinanciamento das dívidas de Estados, pela União, deixaram sem alteração a dívida pública líquida: houve, em termos oficiais, apenas transferência de compromissos de Estados para a União, sem modificação do total. Como, porém, os governos deixaram de cumprir suas obrigações, empurrando parcelas de pagamento, o endividamento geral tende a crescer.

Os acordos, portanto, “são uma fonte potencial de esqueletos”, segundo o estudo. Os autores poderiam acrescentar a essa ressalva uma referência ao débito dos fazendeiros, porque as primeiras parcelas também foram jogadas para mais tarde. Houve um re-refinanciamento. Além disso, a bancada ruralista, neste semestre, tentou conseguir novos e escandalosos benefícios. O governo cedeu em parte, reescalando compromissos de pequenos devedores do Banco do Brasil.

Sem as privatizações, a situação fiscal seria muito mais grave, ressaltam os autores do trabalho, economistas Bolívar Pêgo Filho, Edilberto Carlos Pontes Lima e Francisco Pereira. Da mesma forma, a venda de bens e as concessões de serviços públicos deverão limitar, neste e no próximo ano, a deterioração das finanças governamentais. Os autores construíram, para mostrar o efeito das privatizações, dois cenários, com certas hipóteses sobre inflação, juros e superávit primá-

rio das contas públicas (3,1% do PIB neste ano e 3,25% no próximo). No primeiro cenário, há uma receita de privatizações de R\$ 20 bilhões em 1999 e de R\$ 15 bilhões em 2000. No segundo, nenhuma privatização nos dois anos. No primeiro caso, a dívida líquida do setor público atinge 51,16% do PIB neste ano e 51,57% no próximo. No segundo caso, isto é, sem receita de privatizações, a dívida alcança 58,55% e depois 60,89% do PIB.

Também se fez uma simulação das contas com e sem “ajuste patrimonial”, isto é, sem reconhecimento de dívidas e sem refinanciamentos custosos para o governo. Com esqueletos, a dívida líquida do setor público sai de 33,25% do PIB em 1996 para 51,73% em 1999 e 51,93% em 2000. Sem esqueletos, a evolução é de 33,25% para 45,14% neste ano e 43,76% no seguinte. Incluem-se, nestas contas, valores das privatizações.

Sem defender o calote, os três economistas propõem, na conclusão do estudo, maior conservadorismo no reconhecimento de compromissos antigos. Igual prudência, poderiam acrescentar, deveria haver na atualização dos débitos correspondentes a precatórios – com frequência superestimados pela Justiça.

O conselho é bom, mas insuficiente. Prudência administrativa é sempre desejável. O desastre orçamentário, porém, é sobretudo uma consequência de como se partilha e se exerce o poder. Não há como entender o problema sem examinar, por exemplo, a estrutura e o funcionamento do sistema partidário, o poder dos governadores e a projeção política dos interesses privados.

■ Rolf Kuntz é jornalista

06 OUT 1999

ESTADO DE SÃO PAULO